O PERMANENTE DO PROVISÓRIO: O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

Ingrid Zanata Riguetto[1]

Resumo

Este artigo analisa aspectos da formação capitalista do Brasil, compreendendo-a como um processo autoritário, no qual as especificidades do território não foram levadas em consideração, promovendo a criação de regiões e populações pobres. Nele se analisará as transformações que a economia colocou sobre o espaço, transfigurando ambientes rurais em bolsões de desigualdades urbanos. A compreensão de tais questões torna-se necessária como parte dos estudos da obra de ficção *Inferno Provisório* (2016), de Luiz Ruffato. Esta obra, por meio de uma linguagem fragmentária e pela perspectiva histórica, atenta-se às mazelas do Brasil contemporâneo e busca explicações a elas na vinda de imigrantes italianos como substituição da mão de obra escrava.

P**alavras-chave**
Brasil; Modernização capitalista; Literatura contemporânea.

[1]Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista - Franca. Mestra e doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto. Professora da rede pública estadual de São Paulo.

Abstract

This article analyzes aspects of the capitalist formation in Brazil, understanding it as an authoritarian process, in which the specificities of the territory were not considered, promoting the creation of poor regions and populations. It will analyze the transformations that the economy has placed on space, transfiguring rural environments into pockets of urban inequalities. The understanding of such questions becomes necessary as part of the studies of the fiction work Inferno Provisório (2016), by Luiz Ruffato. This work, through a fragmentary language and historical perspective, pays attention to the ills of contemporary Brazil and seeks explanations for them in the arrival of italian immigrants as a replacement for slave labor.

Key words
Brazil; Capitalist modernization; Contemporary Literature.

Introdução

Este artigo realizará uma reflexão histórico-social sobre a modernização do Brasil e a consequente formação e ocupação do espaço urbano, estabelecida de forma excludente, com a criação de bairros pobres e de uma população marginalizada. Compreender-se-á, assim, as especificidades do capitalismo no país - um território subdesenvolvido, com uma longa história latifundiária e escravista.

Tal análise faz-se necessária como parte dos estudos da obra contemporânea de ficção *Inferno Provisório* (2016), de Luiz Ruffato, que traz uma perspectiva histórica das mazelas sociais brasileiras vividas na contemporaneidade. O livro demonstra, pela linguagem literária, como ocorreram essas transformações do espaço social brasileiro de meados do século XX até 2002, ano em que Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito pela primeira vez como presidente.

É importante frisar o modo como o espaço[2] em *Inferno Provisório* (2016)[3], tanto de forma estrutural como temática, pode ser evidenciado por uma linguagem fragmentária, própria do ritmo da sociedade capitalista, cada vez mais rápida e fragmentada, pois medida pelo tempo do consumo e do trabalho; também, pela construção literária dos locais próprios do processo de modernização do Brasil, como, por exemplo, do campo, da cidade e da periferia; e, por fim, pela construção literária de personagens pobres, que sofrem diante da carência material. Logo, Luiz Ruffato (2016) preocupa-se em mostrar, por meio da ficção, as consequências da modernização capitalista na e pela periferia do mundo: o Brasil, de 1950 até 2002, pelo viés dos desvalidos.

Desenvolvimento

De acordo com Gilberto Freyre (2003), no Brasil, a adaptação ao modelo econômico capitalista deu-se de forma menos violenta com a miscigenação. Em *Casa Grande e Senzala*, a ideia de miscigenação marca o entendimento da colonização e inserção do Brasil no modelo econômico capitalista. Tal ponto de vista foi fundamental para a construção de um ideário positivo de nação, contra, portanto, as inúmeras teorias racistas que surgiam na época, que mostravam um país condenado ao fracasso. O português, de acordo com Freyre (2003), se relacionaria com negro e o indígena de forma mais próxima, de forma, inclusive, sexual, permitindo a miscigenação. Tal modelo escravocrata, herdado dos mouros e implantado pelos portugueses no Brasil, segundo Freyre (2003), teria sido menos cruel do que o aplicado nos Estados Unidos e no resto da América espanhola. Para o sociólogo:

> A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, um pessoal-

[2]O termo "espaço" é utilizado para referir-se ao lugar físico e psicológico das personagens de Inferno Provisório (2016).

[3]Seguem sugestões de artigos que analisam o projeto Inferno Provisório de Luiz Ruffato: "Romance e realidade na ficção brasileira contemporânea" (2012), de Juliana Santini; "A refração do realismo em Luiz Ruffato: um inferno permanente" (2020), de Tânia Pellegrini; "Cartografia del proletariado: el Infierno provisório de Luiz Ruffato" (2019), de Miguel Koleff.

> zinho ralo, insignificante em número – sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu a Península na Idade Média – conseguido salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras. A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (FREYRE, 2003, p. 70).

Portanto, a intimidade familiar seria levada, pelo patriarca, ao âmbito público, sendo que ele estabeleceria relações desmedidas de poder não só dentro da família, mas por toda a sociedade. A família seria o microcosmo das relações estabelecidas na macroestrutura econômica da sociedade brasileira. O patriarca dominaria, a partir de sua intimidade lasciva, não só o seu círculo familiar, mas todo o seu entorno, como os empregados e a comunidade em que se estabelece. Logo, de acordo com Gilberto Freyre (2003), a Casa Grande foi o centro de coesão da sociedade, representando todo um sistema econômico, social, político, religioso e sexual, e a miscigenação teria corrigido, no Brasil, o apartamento social entre negros e brancos.

Freyre (2003) parte de um argumento econômico para explicar a estrutura social, visto que ela é fruto da monocultura. O latifúndio preservara a hierarquização da sociedade a partir da união entre o senhor de terras, os escravos e os agregados, por meio da garantia das necessidades básicas, como a moradia e a alimentação. Assim, era garantida a perpetuação dos laços de exploração e dependência, mantendo a sociedade brasileira nas mãos dos patriarcas donos de terras. No Brasil, deste modo, estabelecer-se-ia um "equilíbrio", visto que a Casa Grande era a prova das relações não conflitivas entre senhor e escravo. Pois, além de dividirem o mesmo espaço, o senhor e os escravos tinham suas distâncias sociais amenizadas com as constantes relações sexuais entre eles, o que equilibraria os antagonismos da sociedade brasileira.

Apesar da importância de Freyre (2003), tem-se que tomar cuidado com a simplificação de tal pensamento, pois, entender o Brasil como formado por uma

espécie de democracia racial, em que todos viveriam pacificamente em suas diferenças, é ignorar a opressão sobre a qual foi estruturada a nação brasileira. Para Jessé Souza (2001), a proximidade entre as raças, que Freyre relata ter fundado o Brasil, é carnal, com a opressão e a violência da alma: "Sem dúvida, a sociedade cultural e racialmente híbrida de que nos fala Freyre não significa de modo alguma igualdade entre as culturas e raças" (SOUZA, 2001, p. 303). Segundo Souza (2001), o português constituiu nos trópicos uma sociedade sadomasoquista, ou seja, "onde a dor alheia, o não-reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objeto máximo das relações interpessoais" (SOUZA, 2001, p. 301). De acordo com o sociólogo:

> Qualquer leitor com paciência suficiente poderia contar às dezenas as referências de Freyre a relações sadomasoquistas, seja em CGS, seja em SM, seja ainda em livros como *Nordeste*. No entanto, esse esforço pode ser também seguido segundo um princípio antes sistemático do que tópico, tentando-se perceber, acima de tudo, o alcance analítico dessa noção para a empreitada hermenêutica a que Freyre se propõe. Estou convencido de que a análise desse conceito pode ser de alguma ajuda para a compreensão da ambiguidade ou imprecisão talvez mais importante no conceito de patriarcalismo de Gilberto Freyre: a consideração simultânea de distância e segregação com proximidade e intimidade. (SOUZA, 2003, p. 299)[4].

É dessa forma que se cria a visão de um Brasil "cordial" e "pacífico", onde os mais diversos grupos conviveriam de forma harmoniosa, quando, na verdade, a forma de opressão conduzida foi sutil, porém, devastadora, pois não existiam limites para a autoridade do patriarca, dono da casa grande e da senzala. De acordo com Darcy Ribeiro (1995), em sua obra *O povo brasileiro*, a crença na cordialidade brasileira, pregada pela assimilação cultural do negro no Brasil, diferentemente da que ocorreu nos Estados Unidos segregacionista, deu um tom "pacífico" a nossa sociedade. Contudo, tal tom é visto pelo autor como a face mais cruel de nossa colonização, pois tende a esconder os contornos dos embates entre as raças e classes, tornando, muitas vezes, os grupos menos favorecidos

[4]CGS: Casa Grande e Senzala; SM: Sobrados e Mucambos.

alienados de sua identidade, o que acaba por aprofundar mais a desigualdade. Esse movimento dúbio, no limite entre o público e o privado – baseado na exploração e na violência – conduzirá a construção do Brasil enquanto nação, constituindo-se um traço comum e importante da estrutura social e acentuando ainda mais a distância entre as classes.

É assim que, com a consolidação do capitalismo – que, no final do século XIX, configura-se pelas indústrias automobilísticas, pelas cidades em crescimento e pelo ritmo mais acelerado, o fordista (das esteiras industriais e dos motores a gasolina dos primeiros carros) – as sociedades foram marcadas por mudanças drásticas e definitivas nos seus modos de vida. Para evitar generalizações, tal inserção no capitalismo industrial varia conforme a região do globo. As nações desenvolvidas criaram os meios de desenvolvimento[5], por isso sempre estiveram na dianteira desse processo. Enquanto os países subdesenvolvidos estabelecem-se em sua periferia, pois, inseridos no capitalismo, não desenvolveram condições materiais para acompanhar de forma efetiva sua tecnologia. Segundo Sevcenko (1998), em sua obra "O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso":

> Estimuladas sobretudo por um novo dinamismo no contexto da economia internacional, essas mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de

[5]De acordo com Celso Furtado (2000), no artigo "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento", a Revolução Industrial, "na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da Terra". (p. 252). No entanto, essa expansão capitalista possui três etapas: a primeira na Europa, com a desarticulação do artesanato pela indústria; a segunda preocupou-se em ocupar locais onde "houvesse terras ainda desocupadas" (p. 252), como a Austrália e o Oeste norte-americano; a terceira movimentou-se em direção às regiões já ocupadas, resultando, quase sempre, na "criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo" (FURTADO, p. 253). Diante do exposto, segundo Furtado (2000), o "subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento" (p. 253); é, assim, "um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas" (p. 261). Para uma melhor compreensão desse assunto, ler também o artigo "Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil", de Luiz Carlos Bresser-Pereira (2011).

> reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento de outros seres humanos. De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado. (SEVCENKO, 1998, p. 08-09).

Paira sobre o Brasil, nesse período (fins do séc. XIX e início do século XX), um espectro de modernização que conduz a nação brasileira a inserir-se, mesmo que de forma forçada, desajeitada e desajustada, ao capitalismo industrial. O incentivo à modernização do Brasil por parte dos países ricos foi um projeto neocolonialista, principalmente europeu/americano, que propôs, visando o enriquecimento de suas nações, a inserção definitiva das regiões marginalizadas à lógica de consumo capitalista. Dentro desse movimento, a nação brasileira é incentivada a abolir a escravidão e a abrir a sua economia à mão de obra imigrante, criando um público de consumidores.

De acordo com Sevcenko (1998, p. 12), o "resultado dessa nova expansão europeia foi um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram dragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização europeia, norte-americana e, em breve, japonesa". Para o historiador, as potências, portanto, dominaram e conquistaram territorialmente novas áreas do globo, de forma direta e indireta[6], e transformaram, drástica e irreversivelmente, a vida das sociedades tradicionais, inserindo-as a hábitos, práticas e consumo relacionados aos novos padrões científico-tecnológicos:

[6]O imperialismo, estabelecido no século XIX e XX, consiste em uma política baseada na conquista e exploração de regiões tidas como não civilizadas na busca do enriquecimento europeu, e que acaba por ocasionar, dentre outros fatores, a maior inter-relação entre os países do mundo, a partir de uma ampliação das trocas econômicas e humanas. Tal política, considerada como a continuação do processo colonial estabelecido entre os séculos XV e XVI, pode ser definida por Bobbio, Matteucci, Pasquino (2004, p. 611-612) como expansão violenta por parte dos Estados - seja de forma territorial ou de poder – e como formas de exploração econômica.

Foram essas tentativas de mudar as sociedades, suas culturas e costumes seculares, que desestabilizaram suas estruturas arcaicas, desencadeando uma série de revoltas, levantes e guerras regionais contra o invasor europeu e seus aliados locais, entre a metade do século XIX e início do século XX. (SEVCENKO, 1998, p. 12-13).

De acordo com Nelson Werneck Sodré (2010), em sua obra *Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional*, as relações capitalistas estabeleceram-se de forma efetiva no Brasil apenas no século XX e, mesmo assim, híbridas aos outros sistemas que perduravam[7]. Deve-se compreender, de acordo com Sodré

[7]Segundo Sodré (2010), o capitalismo conviveria com o escravismo e a servidão feudal durante o processo de modernização, entre os séculos XIX e XX, sugerindo que ocorreram no Brasil relações feudais, diante do modelo de apropriação da terra e da geração de favores entre os grandes latifundiários e a população pobre. De acordo com Mendes (2013), muitos dos historiadores marxistas que leram o processo de formação do Brasil contemporâneo, entre eles Sodré (2010), o fizeram "aplicando mecanicamente ao processo histórico brasileiro as teses da III Internacional para os países coloniais e semicoloniais" (MENDES, 2013, p. 200). Na lógica do partido comunista, em todas as sociedades, seriam aplicadas as cinco fases de desenvolvimento: primitivismo, escravidão, feudalismo, capitalismo e, por fim, socialismo (MENDES, 2013, p. 200 apud SODRÉ, 1967, p. 4). Segundo Mendes (2013), Sodré procura reafirmar a visão do partido comunista, visto que, em Formação histórica do Brasil, criou a ideia de "regressão feudal", um termo que faz referência à estruturação de uma economia de subsistência nas terras até então desocupadas com o término da escravidão. Esse fato, de acordo com Sodré, seria uma regressão, pois uma evolução nos meios de produção seria a instauração do trabalho livre.
Para Mendes (2013), quem consegue adaptar melhor as estruturas de pensamentos marxistas às condições específicas e reais do desenvolvimento capitalista brasileiro é Caio Prado Júnior. Assim, segundo Mendes (2013), Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil contemporâneo* dedica-se a compreender se realmente ocorreram no Brasil relações feudais, concluindo que a economia brasileira sempre foi capitalista, desde os princípios da colonização, visto que a sua produção sempre foi para o mercado. Além disso, segundo Mendes (2013), Caio Prado, contrariamente ao partido comunista, "insistia que o socialismo era uma proposta prematura diante das condições existentes no Brasil" (MENDES, 2013, p. 210), assim, defendia a passagem de uma economia colonial – "produção voltada para o mercado externo" (MENDES, 2013, p. 209) – para uma economia nacional – "produção voltada para o atendimento das necessidades da população nela envolvida" (MENDES, 2013, p. 209). Como visto, ocorreu na década de 60 um debate sobre a existência ou não da ocorrência do feudalismo no Brasil, marcada principalmente pela oposição entre a visão do partido comunista e a de Caio Prado Junior. Essa discussão, antiga e já amplamente debatida, não será ampliada neste trabalho, contudo, para um aprofundamento, seguem as seguintes obras: *Caio Prado Jr.: um intelectual revolucionário* (1987) de Ricardo Antunes; *A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964* (2005) de André Gunder Frank; *Feudalismo y capitalismo em América Latina* (2005) de Ernesto Lacau; *Política e História em Caio Prado Júnior* (2008), Claudinei Mendes.

(2010), que as relações socioeconômicas estabeleceram-se de formas diferentes em cada região brasileira, ou seja, firmaram-se consoante às especificidades regionais, não lhes cabendo um trajeto histórico único, a partir de uma sequência linear que abrangeria a totalidade do Brasil.

Logo, não é possível falar de um exclusivo e uníssono desenvolvimento econômico, mas de desenvolvimentos no plural, visto que, até mesmo na contemporaneidade, há mosaicos de estruturas econômicas estabelecidas no Brasil, com áreas ainda muito próximas do primitivismo e da escravidão. Diante disso, a modernização brasileira foi estabelecida a partir da predominância do modelo capitalista afirmado processualmente, ou seja, aos poucos, e diante do estreitamento das relações entre o Brasil e as outras regiões do mundo.

Dessa forma, diferentemente dos processos revolucionários instauradores da burguesia no poder político da Inglaterra e da França, no Brasil não ocorreu um evento histórico marcante e definitivo para o fim da escravidão. Ao contrário, a entrada da nação brasileira no capitalismo foi feita da emergência de várias manifestações, que, aos poucos, foram tomando o lugar das antigas estruturas. De acordo com Sodré (2010, p. 47):

> O capitalismo brasileiro avança devagar, aproveita as brechas para avanços mais rápidos, transige sempre com as relações políticas mais atrasadas e as econômicas que as asseguram, manobram, recuam, compõem-se. Gera uma burguesia tímida, que prefere transigir a lutar, débil e por isso tímida, que não ousa apoiar-se nas forças populares senão episodicamente, que sente a pressão do imperialismo, mas receia enfrentá-la, pois receia mais a pressão proletária. Os episódios de avanço são como patamares, duramente alcançados às vezes. Não há os episódios históricos de destaque, aqueles que vão para os compêndios, depois ensinados nas escolas e objeto de celebrações cívicas. Isto não significa que o processo não funcione, não avance – embora o avanço não seja uniforme e linear –, não seja marcado por conquistas. Tal processo se assemelha mais aos movimentos de uma roda quadrada, que vai se tornando redonda na medida em que rola, primeiro aos tombos, abalando as estruturas, depois mais

> suavemente. Nossa revolução burguesa não tornou ainda redonda essa roda gigantesca.

Outra consideração acerca do processo da modernização brasileira – caracterizada principalmente pela inserção da nação nos processos de urbanização e industrialização – é o seu modelo autoritário e, por consequência, excludente. Esse processo de expansão capitalista obrigou o Brasil a inserir-se de forma inconsistente, pois superficial, em um modelo econômico que demorou séculos para enraizar-se na Europa. O Brasil, assim, desconsiderado em sua autonomia, é pensado para o crescimento econômico de um "outro" – das nações desenvolvidas. E então, a população escrava vê-se no dilema de migrar do ambiente rural, estruturado a partir da escravidão, latifúndio e do café[8], para as incipientes cidades que também não lhes ofereceriam maior dignidade. Esse movimento não mudou a condição do pobre, sendo até, em muitos casos, piorada. Com o fim da escravidão, o negro deveria pagar pela sua sobrevivência. Assumiria sozinho, totalmente por sua conta e risco, sem ao menos o auxílio do Estado, seu destino, pois não era mais interessante ao proprietário rural.

De acordo com Darcy Ribeiro (1995), em sua obra *O povo brasileiro: a formação do sentido do Brasil*, assim que abolida a escravidão, a população negra passou a encorpar as cidades ao ocuparem terrenos devolutos, que, por sua vez, pertenciam a um dono particular, obrigando-os a migrar novamente. Diante desses aspectos, os negros passam a participar de uma espécie de nomadismo à procura de espaços para habitação. Assim, tornaram-se livres teoricamente, pois, marcados pelos estigmas da escravidão, a sobrevivência tornou-se tarefa árdua, sentenciando-os a moradias e trabalhos precários. Segundo Darcy Ribeiro (1995), o censo de 1950 já mostrava a discrepância de oportunidades após o fim da escravidão: os negros conseguiam os trabalhos mais pesados e de menor remuneração, sendo que muitos preferiam permanecer nas propriedades agrícolas em que sempre trabalharam. Tal situação transformou aqueles que eram escra-

[8]O sistema do latifúndio monocultor escravista não oferecia nenhuma dignidade ao escravizado (é de consenso histórico entender a escravidão como um dos momentos mais cruéis da humanidade). No entanto, os fazendeiros temiam perder seus escravos com a morte, pois eram "propriedades", por isso possuíam um certo "cuidado" com a integridade desses trabalhadores. Mas, quando finda a escravidão, esses latifundiários passaram a não oferecer mais nada aos negros, obrigando-os a se dispersarem pelo território brasileiro, ou a permanecerem nas mesmas fazendas em que eram cativos.

vos do sistema colonial em assalariados mal remunerados do sistema capitalista, marcando a perpetuação de um sistema de desigualdade.

Consoante José de Souza Martins (2018), no livro *O cativeiro da terra*, a imigração foi incentivada em substituição à escravidão, principalmente de italianos, para o trabalho em sistema de colonato – trabalho livre, porém de lógica mista, pois não estava inserido totalmente no capitalismo, devido, dentre outras práticas, à parte do pagamento ser realizada em direito de cultivo. Esses colonos, segundo Martins (2018), solucionariam não só o "problema" da mão de obra, mas também o projeto de embranquecer a população, pensamento divulgado e incentivado pelas elites locais:

> O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia a do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária. (MARTINS, 2018, p. 30).

Logo, a grande diferença entre o colonato e a escravidão estaria na relação entre o trabalhador e a força de seu trabalho: enquanto no negro escravo o trabalhador e o trabalho confundem-se, nos colonos tais instâncias estão separadas. Esses incentivos ao sistema de colonato acontecem no Brasil para que continue a predominância de uma economia voltada para a exportação de matéria-prima às nações industrializadas, "isso é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter" (MARTINS, 2018, p. 31).

Segundo Martins (2018), esses imigrantes trabalhavam exaustivamente, conduzidos pelo desejo de ascensão social pela apropriação da terra – desejo alimentado desde a Itália e estimulado ainda mais pelos latifundiários brasileiros. Portanto, já embarcavam na Itália com a ideia de "fazer o Brasil", pois, destituídos

de suas terras na Europa, achavam na migração uma nova chance de conquistar a propriedade. No entanto, essa apropriação de início foi dificultada ao colono, diante de sua situação de trabalho, com o pagamento em produção que não lhe permitia a acumulação de capital, visto que, com a Lei de Terras[9], de 1850, as terras brasileiras só poderiam ser adquiridas por meio da compra. No entanto, de acordo com Martins (2018), com a desvalorização do café devido à crise de 1929, muitos latifundiários fragmentaram suas terras e as venderam, usando o dinheiro para investir no modelo industrial. Foi assim que muitos colonos conseguiram ter acesso à terra, no entanto, outros tantos migraram para as cidades, visionando o trabalho nas indústrias.

Para Darcy Ribeiro (1995), a grande migração da população do campo para as cidades, em meados do século XX, gerou "um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população. Sua consequência foi a miserabilidade da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos" (RIBEIRO, p. 198, 1995). Logo, nesse período, o Brasil adquire uma vida urbana, contendo algumas das maiores cidades do mundo (Rio de Janeiro e São Paulo), porém esse crescimento veio acompanhado da falta de serviços fornecidos pelo Estado à população. Segundo Darcy Ribeiro (1995), essa situação dificultou a verdadeira modernização do Brasil, pois não houve a inclusão da população menos favorecida, obrigando-a a encontrar meios próprios de sobrevivência. Constroem, assim, moradias em regiões de alta periculosidade, garantindo-lhes além da habitação próxima de seus ambientes de trabalho, também a urbanidade, ou seja, a participação ativa na cidade.

Dessa forma, de acordo com Wissenbach (1998), presos nesse cativeiro social, os pobres são chamados de preguiçosos e vadios, pois vagueiam pelos espaços públicos, sendo parte desse grupo, negros, imigrantes, mestiços e os índios. Segundo a historiadora:

> Nas zonas rurais, nos amplos espaços da economia de sobrevivência ou gravitando em torno das monoculturas, as populações negras mesclaram-se e se confundiram com largas camadas de

[9]De acordo com Martins (2018), antes de 1850 as terras eram apropriadas somente por meio de doações realizadas pelo rei. Com o fim da escravidão, no entanto, visando dificultar a posse de terra pelo negro liberto, se estabelece em 1850 a "Lei de Terras". Por essa lei as terras brasileiras só poderiam ser adquiridas por meio da compra.

> populações nacionais já mestiçadas com o elemento índio e o próprio negro, aderindo ao universo de valores e estilo de vida dos homens livres. A territorialidade negra se manteve em bairros rurais originários de doações de parcelas de terras aos libertos, algumas delas anteriores à Abolição, em grupos de remanescentes de quilombos ou de simples ocupantes das terras e, principalmente, nos agrupamentos negros existentes nas cidades brasileiras. (WISSENBACH, 1998, p. 55).

Assim, sempre em busca de oportunidades, movimentavam-se por todo o território brasileiro e fixavam-se onde lhes fornecessem melhores condições de vida. Tais fluxos humanos possibilitavam também as fugas de recrutamentos militares, visto que o exército pegava andarilhos e tropeiros, a maioria de negros recém-livres, para formar frentes de batalha. A população pobre, para escapar das guerras, acomoda-se em territórios afastados dos centros urbanos. Segundo Wissenbach (1998, p. 56) "a dispersão em grandes extensões geográficas, a mobilidade e a miscigenação foram característica que marcaram a fisionomia e o viver de largos contingentes que se deslocavam periodicamente no interior de uma mesma área ou em direção a outros pontos do país". Logo, foram os soldados que lutaram na Guerra de Canudos em 1898 que formaram a primeira favela do Rio de Janeiro. Os soldados recrutados entre a população marginalizada não receberam os soldos que lhes foram prometidos e decidiram ir para o Rio de Janeiro, capital do país, para pressionar os dirigentes. No entanto, não conseguiram reaver o soldo atrasado, sendo que, sem condições financeiras, instalaram-se no Morro da Providência – posteriormente rebatizado Morro da Favella. Mais tarde, outros homens juntaram-se a eles e, em pouco tempo, o lugar consolidou-se como um território de ocupação ilegal. É nesse cenário que os pobres, fugindo do passado de dominação, chegaram e ocuparam as periferias das grandes cidades. Esconder-se em morros que pudessem dificultar o acesso das autoridades era uma maneira de impor barreiras aos comandos do governo brasileiro e, ao mesmo tempo, de estabilizar suas vidas.

Segundo o Loïc Wacquant (2001), em seu estudo comparativo entre os guetos norte-americanos e os *banlieues* franceses, bairros pobres de operários, com o crescimento do capitalismo no pós-recessão, em meados do século XX, as grandes economias do mundo, como Estados Unidos, Inglaterra e França, passaram a entenderem-se como nações homogêneas. Essas nações enxergavam-se como

"pacíficas, coesas e igualitárias – numa palavra, civilizadas" (WACQUANT, 2001, p. 21), tanto como nações que chegaram ao mais alto nível de desenvolvimento econômico e social, quanto como controladora das divergências sociais, ou seja, do que acreditavam ser a "barbárie", a partir do monopólio da violência pelo Estado.

Essa crença baseava-se no fortalecimento da indústria e do comércio, no crescimento do consumo de massa, com o aumento do poder de compra da classe operária, na difusão do individualismo liberal e no desenvolvimento e acesso da população à educação. Tudo isso prometia anunciar uma fase de grande bem-estar social nas sociedades do "Ocidente capitalista" (WACQUANT, 2001, p. 21). Nesse contexto, a pobreza e a desigualdade eram vistas como algo que deveria ser extinto na formação de uma sociedade igualitária, homogênea e democrática. De acordo com Wacquant (2001):

> De modo correspondente, tornou-se amplamente aceito que as formas mais extremas de desigualdade nas circunstâncias básicas de vida tinham sido ou estavam prestes a ser, aliviadas, quando não erradicadas, graças à ampla provisão de bens públicos, como educação, saúde e segurança, pelas mãos do Estado de Bem-Estar – no caso dos países europeu-ocidentais –, ou via os efeitos "conta-gotas" do crescimento sustentado do mercado livre – nos Estados Unidos. Animadas pela consolidação industrial e pela contínua expansão de novos setores de serviços, as sociedades do Primeiro Mundo passaram a entender a pobreza como um resíduo de desigualdades e atrasos passados ou como o produto de deficiências individuais, de todo modo um fenômeno destinado a retroceder e desaparecer com a plena modernização da nação. (WACQUANT, 2001, p. 23).

Está instaurada, assim, a sociedade "meritocrática" capitalista, que, ao entender-se como civilizada, igualitária, homogênea e pacífica, todos os seus cidadãos, teoricamente, possuem os mesmos direitos, as mesmas oportunidades. No entanto, tal desenvolvimento visto como homogêneo e igualitário pelos seus

defensores, passa a mostrar suas falhas na segunda metade do século XX, diante da insatisfação dos grupos de oprimidos. O capitalismo, que divulgava a ideia de desenvolvimento democrático, mostra-se como excludente, e a população, contida pelas suas diferenças, cobra mais representatividade étnica e melhor distribuição de renda. O pobre é visto como baderneiro e inferior; a polícia age cada vez com mais severidade e violência. O capitalismo, antes mostrado como símbolo de igualdade e democracia, começa a ser entendido como a força motriz da desigualdade.

Por mais que pareça distante da realidade brasileira, tal lógica de contenção e condenação do pobre é a mesma. As favelas e periferias brasileiras, apesar de não se constituírem, pela definição de Wacquant (2001), como guetos[10], são bairros de maioria negra, nos quais moram os operários, os pequenos comerciantes e trabalhadores informais. São bairros de abrigo às diferenças, para onde vão todos os considerados inadequados à cidade.

Logo, o Brasil, assim como a maioria dos países que foram colônias – tanto no século XV como no XIX –, está na periferia do chamado capitalismo financeiro. Tal posição, devido aos interesses das elites, promove a manutenção de sua subordinação aos países mais desenvolvidos, o que faz perpetuar uma relação de exploração, próxima do que foi a lógica colonial, desacelerando a independência e o desenvolvimento brasileiro. À vista disso, a inclusão da economia brasileira ao capitalismo ocorreu de forma heterogênea, isto é, não abrangendo o território de forma completa, pois se fez envolvida pelas singularidades locais.

Dessa forma, o Brasil coloca-se no capitalismo de forma lenta, gradual e visando atender às elites locais e estrangeiras. O capitalismo à brasileira foi, então, construído de forma a agregar divergentes e diferentes estruturas econômicas, como a primitiva, a escravista e o sistema de colonato. Pode-se dizer que a história do Brasil se estabelece sempre entre a permanência e a ruptura, fazendo-se somar, junto ao novo, as antigas estruturas de pensamento e desenvolvimento econômico, e não por uma ruptura drástica, a partir de uma revolução, como ocorrido na Europa.

Mesmo com a inserção do Brasil no capitalismo, onde as indústrias e as cidades passam a exercer um papel central na economia e na sociedade, as antigas estruturas oligárquicas permanecem fortalecidas. Esse fato pode ser constatado, dentre outros fatores, na concentração da terra e na culpabilização do pobre e do

10 De acordo Wacquant (2001), para definir-se como um "gueto", o bairro deve acomodar a apenas um grupo étnico.

negro, o que mostra a criação de uma economia liberal conduzida por estruturas de pensamento ideologicamente voltadas para o sistema de servidão e escravismo, acentuando ainda mais as desigualdades socioeconômicas. Diante desse modelo de construção nacional, os pobres, nas cidades, tornaram-se invisíveis. Eles foram silenciados, como resultado do projeto de modernização capitalista afirmado na degradação social e na exclusão. As cidades passaram a configurar-se de forma excludente, condenando o pobre a espaços específicos, às periferias (regiões circundantes aos espaços centrais). A cidade, assim, deixa de ser idealizada como geradora de melhores oportunidades, para ser vivenciada pelas desigualdades sociais.

Conclusão:

Inferno Provisório (2016) marca literariamente o processo de modernização brasileira por meio da apresentação de seus espaços transitórios e mutáveis – determinados pela lógica do capital estrangeiro, inseridos no Brasil a partir de fins do século XIX e início do século XX, transformando os espaços físico e psíquico da população. A figuração desses ambientes leva o leitor a perceber a modernização por meio de sua materialidade, direcionando-o na criação de imagens desse processo. São descrições de produtos, artigos e ambientes, além dos espaços mentais dos diversos grupos que formaram o proletariado brasileiro.

Para tanto, assume a vinda de imigrantes como ponto inicial da instituição do trabalho livre no Brasil, problematizando pela literatura o ambiente da pequena propriedade rural e o consequente processo de êxodo rural no primeiro capítulo da obra, "Uma fábula". Em outro capítulo, "A mancha", tem-se a figuração da dispersão dessa população rural em direção às pequenas regiões urbanas como Cataguases, com a figuração inicial de bairros pobres, como o beco do Zé Pinto, e a estruturação de uma urbanidade a partir do armazém Nossa Senhora de Fátima e do comerciante, no caso, Antônio Português. Já em "Sorte teve a Sandra" e "Outra Fábula", capítulos posteriores, tem-se a construção literária da movimentação de migrantes das pequenas cidades do interior do Brasil para São Paulo e Rio de Janeiro, mostrando a cidade pela sua vulnerabilidade.

Assim, pode-se concluir que há uma relação entre os capítulos na obra literária *Inferno Provisório* (2016) que dá-se também pela construção de seus espaços, materiais e psíquicos, em exclusão.

RECEBIDO em 25/10/2022
APROVADO em 31/11/2022

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale. 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ec., 2001.

BOURDIEU, Pierre **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CANDIDO, Antonio. Direito à literatura, in: CANDIDO, Antonio**. Vários Escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000/ Publifolha, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira a partir do regime patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1976.

JUNIOR, Arnaldo Franco. Operadores da Narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIM, Lúcia Osana. **Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: EDUEM, 2003.

MENDES. Claudinei Magno Magre. A questão do Feudalismo no Brasil: um debate político. **Notandum 32**, Porto/Portugal, n. 32, p. 199-212, maio/ago 2013. Disponível em: http://www.hottopos.com/notand32/index.htm. Acesso em: 06/02/2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, 2002. Disponível em: https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372. Acesso em: 20/12/2019. Acesso em: 02/02/2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser-. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: (org) BOTELHO, André e SCHWACZ, Lilia Moritz. **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PEREIRA, Paulo Alexandre. Como se enfia pedras em um colar: Diário e fragmentação em *Bolor*, de Augusto Abelaria. **Forma Breve**, Aveiro, p. 125-139 Disponível em: http://www2.dlc.ua.pt/classicos/Abelaira.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação do sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil 3 - República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SODRÉ, N. **Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional**. Itu (SP): Ottoni Editora, 2010.

SOUZA, José Martins. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural Brasileira. In: SOUZA, Jessé. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, pp. 283-328.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

WISSENBACH. Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensão de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil 3 - República**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 50-130.

BENEVENUTTO, Luiz Fernando Etelvino. Agregação e dispersão O passado e a memória em Mamma, son tanto felice, de Luiz Ruffato. In: LOURENÇO, Camila Morgana (org). MARKENDORF, Marcio (org). **A contemporânea literatura brasileira**: poéticas do século XXI em debate, Florianópolis, UFSC, 2020.

BORDINI, Maria Isabel da Silveira. **Luiz Ruffato e o romance proletário no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

DELGADO, Gabriel Estides. A construção do narrador em Inferno provisório, de Luiz Ruffato: aderência programática ao Outro representado. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária**, PUC-SP, n. 22, julho de 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2019i22p23-39. Acesso em: 01/04/2020.

RIGUETTO, Ingrid Zanata. **Uma nova forma de narrar a história: a renovação do romance histórico em Luiz Ruffato**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2016.

RUFFATO, Luiz. **Inferno Provisório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.